



## **Análise da pluralidade do jornalismo ambiental na Amazônia<sup>1</sup>**

Allan Soljenítsin Barreto RODRIGUES<sup>2</sup>  
Grace Soares COSTA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Amazonas, AM

### **Resumo**

Esta paper apresenta alguns dos resultados obtidos na tese de doutorado “Jornalismo e meio ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus”, que teve como objeto a cobertura jornalística das secas ocorridas na Amazônia nos anos de 2005 e 2010 realizada pelos dois principais jornais de Manaus. A investigação apontou a pouca contribuição da cobertura jornalística para tomadas de decisão esclarecidas por parte dos moradores da principal capital da Amazônia sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas globais. Este paper apresenta as fragilidades detectadas na cobertura na categoria de análise da pluralidade e propõe caminhos para qualificar o conteúdo informativo acerca da questão ambiental e seus desdobramentos na Amazônia.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Amazônia; Seca; Eventos Climáticos Extremos.

### **1 – O método da pesquisa:**

A metodologia utilizada na pesquisa fez uso de métodos quali-quantitativos. Utilizamos a análise de conteúdo, pois se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear informação dado a sua excelente capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997). O método qualitativo é aplicado na análise de entrevistas em profundidade com jornalistas, leitores qualificados e fontes. Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas matérias sobre as

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 28 a 30 de maio de 2015.

<sup>2</sup> Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), email: [allan30@gmail.com](mailto:allan30@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e coordenadora do Curso de Comunicação Social da Faculdade Martha Falcão, email: [grace.soares@gmail.com](mailto:grace.soares@gmail.com)



secas de 2005 e 2010. Esta pesquisa lançou mão da análise de conteúdo pelo fato de ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos.

Amparada nos pressupostos descritos acima, procedemos à análise do conteúdo jornalístico publicado nos jornais A Crítica e Diário do Amazonas sobre as secas de 2005 e 2010. A escolha destes periódicos diários deu-se pelo fato de serem o primeiro e o segundo de maior circulação no Amazonas respectivamente. O método consistiu no recolhimento e análise de 112 textos jornalísticos publicados de agosto a dezembro dos anos em que ocorreram os fenômenos (51 referentes à seca de 2005 e 61 à seca de 2010) nos jornais A Crítica (28 matérias em 2005 e 41 em 2010) e Diário do Amazonas (23 matérias em 2005 e 20 em 2010) com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias de análise. Os critérios adotados na seleção dos textos estão centrados no fato de esses trazerem as palavras-chave seca, estiagem ou vazante; terem sido publicados no 2º semestre dos anos de 2005 e 2010 (período da vazante dos rios na Amazônia); e pertencerem ao gênero informativo do jornalismo em seus formatos notícia e reportagem descritos por Melo (2010).

O método de escolha das categorias teve como princípios os requisitos previstos por Bardin (2010). O objetivo da análise foi verificar a qualidade da informação científica e ambiental da cobertura jornalística das secas de 2005 e 2010 feitas pelos jornais A Crítica e Diário do Amazonas, seu o corpus foi exposto no parágrafo anterior e a escolha das categorias de análise baseou-se nos princípios do jornalismo e de seus gêneros científico e ambiental e nas premissas para a categorização da análise de conteúdo. As categorias definidas foram: precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização. Após o estabelecimento das categorias de análise, elaboramos um formulário contendo questões com o objetivo de averiguar se as reportagens possuíam, em seus conteúdos, os elementos categorizados com base nos princípios do jornalismo e de seus subgêneros científico e ambiental. As questões foram formuladas e distribuídas de acordo com os elementos temáticos de cada categoria. Neste paper, apresentaremos apenas os resultados referentes a categoria pluralidade.

Por meio da análise de conteúdo das reportagens sobre as secas de 2005 e 2010 foi possível traçar um quadro sobre a cobertura dos fenômenos frente aos princípios do jornalismo e dos seus subgêneros científico e ambiental, bem como identificar os atores sociais envolvidos na produção das notícias (repórteres e fontes). No entanto, o estudo focado só nas mensagens (matérias) não oferece elementos suficientes para o



conhecimento da lógica organizacional por trás da produção das mensagens (SHOEMAKER e REESE, 1996) e nem dos *feedbacks* das fontes e dos leitores. Segundo Laswell (1936), a análise de conteúdo descreve com objetividade e precisão apenas o que é dito sobre um determinado tema, num determinado lugar e num determinado espaço.

Acreditamos que esta pesquisa avança em não restringir-se ao estudo apenas da mensagem, restrito ao polo emissor, como faz a maior parte dos estudos de jornalismo comparado que consultamos. Para dar conta dos objetivos traçados, focamos o processo de comunicação estabelecido entre os jornais e seus leitores de forma mais ampla. Para tanto, também lançamos mão do método qualitativo das entrevistas em profundidade com os jornalistas envolvidos na produção, revisão e aprovação dos textos, com as fontes que os alimentaram de sentidos e leitores qualificados (cientistas, sociedade civil organizada e tomadores de decisões públicas). Para Weber (1990), a combinação operacional de aspectos qualitativos e quantitativos produz os melhores estudos de análise de conteúdo em textos. A necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo decorre do reconhecimento de que os textos sobre as secas de 2005 e 2010 não podem ser compreendidos fora do seu contexto.

## **2 – A pluralidade da cobertura**

O escopo pretendido para a categoria de análise da pluralidade foi o de estudar o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas e interessadas na cobertura das secas de 2005 e 2010. A premissa da investigação teve como base os princípios gerais do jornalismo na promoção de um fórum para a crítica e o comentário público envolvendo as funções: social, informativa, político-ideológica, cultural e econômica do jornalismo científico. Os resultados da análise de conteúdo dessa categoria e as entrevistas também serviram para aferir as qualidades da diversidade de fontes, no sentido de abrir o espaço para o debate sobre as diversas questões associadas à questão ambiental e aos eventos climáticos extremos e suas causas e consequências. “A teoria democrática aponta claramente para os meios de comunicação o papel de ‘mercado de ideias’ numa democracia, em que as diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas” (TRAQUINA, 2005a, p.128).

A análise de conteúdo da categoria pluralidade registra que em 82,1% das matérias o poder público aparece como fonte, já representantes de sindicatos, associações da classe empresarial e pesquisadores foram ouvidos em 46,4% delas (este



item do formulário de análise das matérias permitia a marcação de mais de uma resposta). Os jornalistas entrevistados confirmam e lamentam a predominância das fontes oficiais. No entanto, a unanimidade também se estende a uma espécie de resignação quanto a suposta dependência inarredável de informações oficiais emanadas daqueles que possuem os meios e a oportunidade para se aproveitar de momentos de crise para obter dividendos políticos. Vejamos:

Aconteceu porque a gente, na verdade, não pautou esse assunto para fazer. A gente fazia uma cobertura pontual daquilo que os órgãos estavam realizando e do que as prefeituras estavam reivindicando. Então, partindo desse princípio a gente ouvia geralmente as fontes que eram oficiais (Valmir Lima. Repórter do Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 20.10.2011).

É que a gente precisava de informações que tivessem um mínimo de credibilidade. Então, o que acontecia é que determinada região estava sofrendo com a seca e só havia uma ou duas associações ali e elas não sabiam quantas famílias estavam sofrendo com isso. Também teve comunidade que dizia que um número ‘x’ de pessoas estava sofrendo e a gente sabia por outros meios que não tinha aquele número de famílias ali, o número era maior. Então havia essa falta. Isso fez com que nos voltássemos para o Estado, porque de alguma forma dali tinha que sair uma informação oficial. Entre números que não sabíamos se tinham credibilidade e as informações oficiais, ficamos com os oficiais (Jorge Eduardo. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 20.10.2011).

Os relatos dos jornalistas citados acima vão ao encontro do que postula Frome (2008, p.40), ou seja, que “muito frequentemente o repórter não vai além das fontes oficiais de notícias, ou fontes onde a notícia foi embalada perfeitamente para ele”. Chaparro (2001, p.18), também oferece uma contribuição para entendermos o que ocorreu nas coberturas das secas ao apontar a capacitação das fontes, incluídas as oficiais, com uma grande evolução. No entanto, o autor faz um alerta que é preciso resistir aos encantos dessa nova competência nas redações, “cujo efeito danoso é a preguiça para o trabalho indispensável de investigar, comparar, aferir, conferir, aprofundar, em benefício da veracidade e da informação plena”. O relato abaixo de um dos editores do jornal A Crítica aponta no sentido da validade dos postulados de Frome e Chaparro também para os rincões do vale amazônico, a saber:



Poderíamos ter ouvido associações de moradores, conselhos tutelares, as secretarias de saúde e as próprias assessorias dos municípios e fazer um balanço dessas informações para o leitor ter uma possibilidade maior de fazer a sua análise final. Porém, no cotidiano a gente acabava sem fazer esse monitoramento que acredito tem que ser religioso. Vela à pena pincelar também, que hoje você não encontra tantos jornalistas compromissados com as questões sociais, com o que o povo está vivendo, e a seca é um desses assuntos, como a gente já viu um dia. Antes os repórteres não precisavam ser cobrados dentro da redação sobre que postura ele deveria ter em relação aos fatos. Acho que os repórteres estão mais interessados em chegar na redação, cumprir com o horário dele e sair da redação. Não vejo mais aquela preocupação em fazer essa cobrança diária para ele mesmo. E isso não está restrito aos repórteres, atinge os editores e os comandantes dos jornais (Saulo Borges. Editor do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Traquina (2005a) registra a consciência dos jornalistas de que as fontes são, geralmente, pessoas ou instituições interessadas em ter seus discursos veiculados pela imprensa. O autor ainda sugere que para averiguar a confiabilidade das informações obtidas na apuração dos fatos, os repórteres utilizam alguns critérios para avaliação das fontes: a autoridade (preferência pelo indivíduo de maior autoridade); “a produtividade (capacidade de fornecer as informações suficientes para subsidiar a matéria, que permite economia de tempo); e a credibilidade (as informações precisam ser críveis ao ponto de permitir o mínimo de checagem)” (TRAQUINA, 2005a, p.191). Ao levarmos em conta os critérios elencados e os respectivos processos produtivos da notícia ligados a cada um, torna-se mais compreensível o porquê das fontes oficiais exercem tanto poder de atração das redações. Elas, as fontes oficiais, atendem melhor às necessidades de uma redação carente de pessoal ou de organização, pois o trabalho jornalístico é condicionado pelo tempo e fontes estáveis e acessíveis que acabam por ser preferidas nestes ambientes. O efeito “colateral” desta preferência é a frustração do papel da imprensa nas democracias caso a diversidade de fontes não seja uma das premissas do trabalho jornalístico. De acordo com Pena (2005, p.29) afirma que,

A mídia (a imprensa como parte dela) assumiu privilegiada condição de palco contemporâneo do debate público. E a palavra palco não foi escolhida aleatoriamente. Na



contemporaneidade, as representações substituem a própria realidade. Um assunto exposto na esfera pública não é necessariamente de interesse público. Ele pode ser forjado nos esquemas de marketing que visam modelar o gosto do público e agendar seus debates.

Esclarecemos que não se defende nesta pesquisa o repúdio às fontes oficiais nas reportagens, mas sim a defesa de uma ampliação do elenco destas e, conseqüentemente, da diversidade, da capacidade de “produzir e de colocar nos circuitos sociais os discursos por meio dos quais lutam e interferem no presente” (CHAPARRO, 2001, p.38). Neste esforço, buscou-se também identificar quais vozes especificamente tiveram espaço nas coberturas, fora o Poder Público presente em 82,1%. Os pesquisadores da área de clima e meio ambiente aparecem em 6,3%, as populações afetadas pela seca em 22,3% e os sindicatos e associações de classe em 18,8%. Identificar os grupos de fontes e saber quais foram os espaços por eles ocupados ajudou na verificação da qualidade da informação transmitida aos leitores durante a cobertura das secas porque a compreensão da lógica por trás da produção noticiosa passa pelo entendimento de três fatores: a) da seriedade que existe na relação entre jornalistas e fontes; b) do investimento que é feito no cultivo das fontes; e c) dos critérios de avaliação que os membros da tribo jornalística utilizam na sua interação com os diversos agentes sociais (TRAQUINA, 2005a). A pouca participação dos pesquisadores nas matérias afetou, na opinião dos leitores qualificados entrevistados, diretamente o potencial no sentido da cobertura de oferecer elementos para a compreensão ampliadas dos fenômenos climáticos extremos de 2005 e 2010. Vejamos:

Não aparecem entrevistas diretas com pesquisadores. Então, o que tem de informações são as que o CPRN<sup>4</sup> deu. Eles estão qualificados para acompanhar o que está acontecendo, eles têm experiência em fazer previsão sobre cheias, mas sobre secas existe uma incerteza grande. Tanto é que as previsões da CPRN sobre a seca não alcançar níveis muito baixos não se concretizam, pois foi batido o recorde histórico aquele ano. O SIPAM<sup>5</sup> poderia dar mais informações sobre o que se esperava

---

<sup>4</sup> Atua na geologia e na hidrologia, com o desenvolvimento concomitante das áreas de aplicações, como geologia ambiental, hidrogeologia e riscos geológicos. Sai a atuação empresarial e fortalece-se a atuação em parcerias institucionais com outros órgãos da administração federal, estados e municípios

<sup>5</sup> O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) desenvolve ações que vão desde o desenvolvimento de estudos e projetos, com eixos temáticos definidos (desflorestamento, detecção de raios e meteorologia) com vistas a avaliar e monitorar os impactos da ação antrópica, até a aplicação de técnicas de geoprocessamento e de sensoriamento remoto, ambos voltados à caracterização desses impactos e de suas medidas mitigadoras, apoiadas por uma logística local implantada.



de chuvas no mês seguinte e num nível mais profundo poderia ter buscado no Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, que não é do Amazonas, mas que poderia trazer um pouco mais de informações qualificadas porque eles também fazem um acompanhamento diário das chuvas passadas e das previsões para os próximos três meses. Acho que a imprensa local poderia buscar mais atores científicos. Localmente nós temos competência nos INPA e na UEA que poderiam ter sido consultadas (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

Muitas vezes o que acontece por conta da urgência, o repórter não consegue encontrar a tempo o especialista indicado para falar sobre um tema e acaba buscando uma alternativa não tão qualificada. Isso termina fazendo com que a matéria não tenha o impacto que poderia ter. Também tem a questão de ir a campo, não dá pra falar de queimadas sem ir lá e conversar com quem está queimando (Carlos César Durigan. Geógrafo formado pela USP, mestre em Ecologia pelo INPA e coordenador Executivo da FVA. Entrevista concedida em 06.02.2012).

Olhando mais atentamente para a percentagem de 6,3% das matérias onde fontes científicas foram citadas na busca por diagnósticos e prognósticos para a crise ocasionada pelas secas, notamos que 75% dos textos contaram apenas uma versão para os fatos e em somente 25% aparecem dois pesquisadores dando suas opiniões. Os dados contrastam com o número de três instituições de ensino e pesquisa situadas em Manaus (Ufam, INPA e UEA), onde diversos pesquisadores atuam na área de clima e meio ambiente e, possivelmente, poderiam ser contatados pelas redações. O número de pesquisadores ouvidos refletiu-se também nos dados sobre quantas opiniões científicas foram apresentadas sobre as causas das secas, pois os leitores tiveram acesso a apenas uma explicação em 78,9% das matérias. Os jornalistas entrevistados creditam a pouca participação do meio científico nas coberturas a uma espécie de consenso em torno das vazantes serem fruto das mudanças climáticas e as dificuldades para encontrar pesquisadores disponíveis e dispostos a dar suas versões. É o que podemos perceber nos seguintes relatos:

Tínhamos um problema complicado aí, porque quando a gente tentava diversificar as fontes não sentíamos nem segurança e nem consistência nos discursos que as fontes traziam pra gente. A gente não conseguiu diversificar porque não encontramos pesquisadores que bancassem outras versões ou outros modos de ver a questão. A gente chegava a acionar as instituições, mas elas diziam que não queriam se envolver, não queriam criticar,





outros diziam que só falariam se o nome não aparecesse (Eláize Farias. Repórter do caderno Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 27.10.2011).

Tem muitos cientistas que não priorizam a divulgação de suas pesquisas aqui (Amazonas) preferindo dar um furo de reportagem para um grande jornal ou site nacional. Foram ouvidas algumas autoridades do INPA, mas parece existir uma unanimidade. O maior nome nessa área de meio ambiente é o Philip Fearnside, mas você não encontra contraponto para as teses dele aqui. E não podíamos repetir a mesma versão todo tempo. Até pelas agências de notícias vinham entrevistas com ele. E as agências também só publicavam uma visão, de que a seca era uma consequência do aquecimento global e que nós como jornalistas ficávamos desconfiados e achávamos que tinham outras coisas também para se falar. A nossa editora executiva nasceu no interior, é cabocla e sabia que essas coisas ocorrem todo ano. Todo ano os jornais cobrem a cheia e a vazante e são coberturas parecidíssimas (Sérgio Bartholo. Chefe de Redação do jornal Diário do Amazonas durante as coberturas das secas de 2005 e 2010. Entrevista concedida em 28.10.2011).

As duas falas trazem em comum um fator conhecido da relação entre jornalistas e cientistas que pode estar presente na dificuldade de acesso às fontes científicas relatadas: a desconfiança. Os pesquisadores sabem que os meios de comunicação são empresas interessadas no lucro cujo produto é a notícia e os seus consumidores são os leitores no caso dos jornais pesquisados. Também não lhes escapa em saber que o fato determinante para a publicação da notícia não será a vontade dos cientistas em divulgar seus resultados e sim o que gerar maior interesse e, por consequência, maiores vendas (IVANISSEVICH, 2005). Por outro, a comunidade científica tem consciência do erro em ignorar um instrumento com grande poder de alcance como são os meios de comunicação e, por isso, vários cientistas tem considerado a imprensa como aliada na tentativa de divulgar a ciência. Neste contexto, ocorrem os choques inevitáveis como os relatados citados anteriormente e cujas causas principais são:

Enquanto a ciência exige um trabalho metódico, de passos lentos, complexos e precisos, o jornalismo em geral pede agilidade, apelo e simplicidade. Os jornalistas querem saber em quarenta segundos em uma linguagem simples exatamente o que os pesquisadores vêm fazendo, com sua metodologia complexa, há vários anos. Os cientistas sentem-se seguros quando se amparam em seu jargão técnico, e boa parte deles acredita que os conceitos só podem ser transmitidos corretamente se empregado o seu vocabulário. Por sua vez, os





jornalistas são generalistas – ou, como costumam ser chamados “especialistas em generalidades” – e sabem que o público, da mesma forma que eles, é incapaz de abarcar um mundo de significados tão extenso quando lhes pode ser proposto em uma única página de jornal ou revista ou em um simples programa de rádio ou TV (IVANISSEVICH, p. 14-15, 2005).

Os pesquisadores entrevistados nesta pesquisa, do grupo de fontes e leitores qualificados, se disseram disponíveis para os meios de comunicação e negaram a adoção de uma postura esquivada em relação à imprensa. Apesar disso, demonstraram receios, com base em experiências anteriores, quanto a probabilidade de os jornalistas distorcerem, fragmentarem e simplificarem demais as informações por eles prestadas e defendem uma melhor formação dos profissionais de imprensa que lidam com a cobertura sobre ciência, a saber:

Acho que ainda, por ser uma questão muito complexa, há a necessidade de maior especialização dos nossos jornalistas que cobrem a ciência. Até acho que é muito interessante que possam ter uma formação acadêmica na área de biológicas e ciências da terra. As reportagens que vimos por aqui tem uma parte de informações bem colocadas, mas tem sempre algumas informações que não são corretas. É melhor omitir uma informação do que passá-la com incerteza ou como informação errada. Eu atribuo essa dificuldade a complexidade do assunto e depois a falta de preparo técnico dos jornalistas para lidar com a área científica (Antônio Ocimar Manzi. Pesquisador do INPA e gerente executivo do Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia - LBA. Entrevista concedida em 02.02.2012).

O papel das fontes de informação no jornalismo não se manifesta somente quando estas são procuradas para abastecer de sentidos as matérias. Elas também possuem uma função crucial de sugerir pautas que escapam ao radar de repórteres e editores. Ter fontes bem informadas e dispostas a avisar quando um potencial “furo jornalístico” ocorreu ou irá ocorrer é um dos patrimônios mais valiosos de um jornalista e de seu veículo. Por isso, durante as entrevistas, uma das preocupações na investigação da pluralidade da cobertura das secas foi saber onde se originaram a maioria das pautas executadas, pois quanto mais diversas foram as origens (fontes) maior pluralidade. Neste quesito, as pautas sugeridas dentro da própria redação e a partir de informações oficiais tiveram primazia em relação àquelas advindas das comunidades afetadas,



organizações não governamentais, setores do empresariado e comunidade científica.

Para nossos entrevistados:

Na maioria das vezes surgiam dos boletins da CPRN, que emitia mensalmente esses boletins sobre o nível dos rios e sobre a previsão de chuvas. A gente foi acompanhando as TVs que tem correspondentes no interior, a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros (Hélida Tavares. Editora do caderno Amazonas do jornal Diário do Amazonas durante a cobertura da seca de 2010. Entrevista concedida em 13.12.2011).

Tinha de tudo um pouco, mas a maior parte pelo que eu lembro era da redação. Nós tínhamos acesso às informações de institutos de meteorologia, as fontes dos próprios repórteres que estavam acompanhando o assunto, as fontes oficiais de governo e tinha o clamor das comunidades que iam ficando isoladas e ligavam para o jornal. Em cima disso tudo nós íamos trabalhando pautas. Mas eu lembro que isso era uma política da editoria, a maioria das pautas eram produzidas na editoria (Hudson Braga. Editor do caderno de Cidades do jornal A Crítica durante a cobertura da seca de 2005. Entrevista concedida em 09.12.2011).

As pautas surgidas nas redações e aquelas originadas de fontes oficiais possuem uma relação cujos efeitos já foram demonstrados nos itens referentes à precisão e à independência das coberturas. Repórteres e editores geralmente sugerem pautas a partir do próprio material que estão produzindo naquele momento ou no de outros veículos movidos pela concorrência. Em decorrência de a equipe de cobertura à época estar lidando tanto na capital quanto no interior com os afetados pelas vazantes, as novas pautas acabavam por retroalimentar o foco voltado para os impactos dos eventos climáticos extremos, deixando em segundo plano os seus contextos. Já as pautas oriundas dos boletins oficiais dos órgãos do Estado e das assessorias, contribuíram com o amplo espaço destinado às atividades do poder público e a pouca problematização de suas ações e omissões. Os riscos destas características das coberturas nos remete a Teoria do Agendamento. De acordo com McCombs (2009, p. 17-18):

Na sua seleção diária e apresentação de notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naquelas que são as questões mais importantes do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função agendamento dos veículos noticiosos.



É fato que os meios de comunicação não são capazes de dizer às pessoas o que falar, mas conseguem surpreendente eficiência em influenciar as audiências sobre o que debater (McCOMBS, 2009). Em outras palavras, os jornais pesquisados tiveram a capacidade de estabelecer uma agenda para a discussão pública sobre os eventos relativos às secas de 2005 e 2010, que não contemplou a discussão das possíveis causas dos eventos e nem o papel do Estado na prevenção e mitigação dos impactos sociais e ambientais. Lippmann (1922) argumenta que os veículos noticiosos são janelas para o mundo, e a opinião pública não responde ao ambiente, mas a um pseudoambiente construído, de forma intencional ou não, pela imprensa. Em termos eminentemente hipotéticos, os leitores que se informaram sobre as secas só pelos jornais pesquisados poderiam ter tido acesso a um pseudoambiente construído durante as coberturas onde os fenômenos, não importando suas causas, foram os únicos responsáveis pelo sofrimento das populações ribeirinhas e o Poder Público figuraria como agente promotor da mitigação dos impactos e sem qualquer responsabilidade em relação às suas causas.

### **Considerações**

Retomando o objetivo deste paper dedicado à categoria de análise da pluralidade do jornalismo ambiental na Amazônia, no qual buscamos estudar o espaço dado no âmbito das reportagens para as manifestações das diversas vozes envolvidas e interessadas na cobertura das secas de 2005 e 2010. Os resultados da análise de conteúdo apontam para coberturas onde o discurso oficial teve prevalência em relação às demais vozes necessárias para um entendimento ampliado dos eventos climáticos como pesquisadores, sociedade civil organizada e afetados pelas secas. Mesmo quando se dispuseram a debater as possíveis causas das vazantes nas poucas matérias dedicadas a esta temática, a diversidade de fontes e versões mostrou-se pequena. A origem das pautas executadas pelos jornalistas dentro das redações e a partir de fontes oficiais pode, simultaneamente, servir para ilustrar um pouco das origens e das consequências dos demais fatores elencados evidenciando a fragilidade do trabalho jornalístico realizado em criar fóruns para “alertar o público para temas que de certa forma estimulam julgamentos (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p.206).



## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 LDA, 2010.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia da Letras, 2000.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.
- CHAPARRO, Manoel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Editora Minerva: Coimbra, 2001.
- FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LASWELL Harold D. **Politics: who gets what? when? how? New York**: Whittlesey House, 1936.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **Guia para edição jornalística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SANTOS, J.M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.
- SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Sthepen D. **Mediating the message, theories on influences on mass media content**. 2 ed. White Plains/NY: Longman, 1996.
- WEBER, Robert P. **Basic content analysis**. 2 ed. Newbury Park/CA: Sage, 1990.